

Nos seis dias de julho (de 7 a 12) em que Goiânia foi a capital da ciência com a apresentação de 3.505 trabalhos durante a 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a pesquisa realizada na Unicamp esteve presente. Oito pesquisadores da Universidade falaram a platéias que lotaram o campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás. Coube à socióloga Elza Berquó a primeira palestra do evento (dia 8), quando abordou as principais mudanças e tendências da população brasileira. Falaram no mesmo dia o agrônomo José Graziano da Silva, do Instituto de Economia, e o educador José Dias Sobrinho (leia reportagens abaixo).

No dia 9, a antropóloga Guita Grin Debert coordenou o simpósio sobre *Estrutura Etária: Um País de Adultos*, abordando as novas etapas da vida adulta e da velhice no Brasil. Ela tem uma análise aguda do processo de construção social da velhice no Brasil. Os integrantes do que se convencionou chamar de “terceira idade” crescem a cada ano e já são uma porção considerável na nossa população, o que coloca para as famílias, para as empresas e para o governo questões urgentes a serem resolvidas.

Ângelo Luiz Cortelazzo, professor do Instituto de Biologia, tratou da expansão e diversificação do acesso à educação superior no Brasil.

A expansão das publicações científicas no País e o novo perfil da divulgação de ciência e da pesquisa na mídia foram os temas de dois simpósios em que participou o atual presidente da Fapesp, o lingüista Carlos Vogt, também coordenador do Labjor. Ele ressaltou a expansão dos cursos de pós-graduação lato sensu na área de divulgação científica e o crescente interesse de um público heterogêneo para esta nova área do conhecimento.

O sociólogo Octavio Ianni expôs, no dia 11, sua análise crítica do Mundo Depois de 11 de setembro de 2001. Em concorrida conferência, abordou as mudanças geopolíticas ocorridas no planeta depois do atentado em Nova York, razões e conseqüências do ato: “Faz tempo que a política norte-americana agride as bonitas experiências sociais no mundo, modelos alternativos de desenvolvimento como os que ocorreram no Chile, Irã, Congo, Nicarágua e Indonésia”. Para Ianni, o episódio é apenas um capítulo da longa história de revolta contra o Ocidente.

Como alcançar a sustentabilidade na agricultura brasileira?

Não existem fórmulas mágicas; o que é fundamental são políticas integradas e inteligentes, que aproveitem o potencial nativo e decidam com autonomia as ações mais proveitosas no cenário de comercialização externa e para atender as necessidades internas. Para o professor José Graziano da Silva, do Instituto de Economia da Unicamp, no Brasil não haverá agricultura sustentada se não houver um projeto de desenvolvimento integrado.

“Não é zoneamento agrícola que vai resolver. A Embrapa já tem programa de regionalização agrícola, mas não existem políticas de intervenção para sua implantação e nem mecanismos que induzam o produtor a respeitá-lo”. Graziano acrescenta que com o nível de exclusão social existente no país, onde um terço de sua população vive na pobreza extrema, nada consegue ser sustentável.

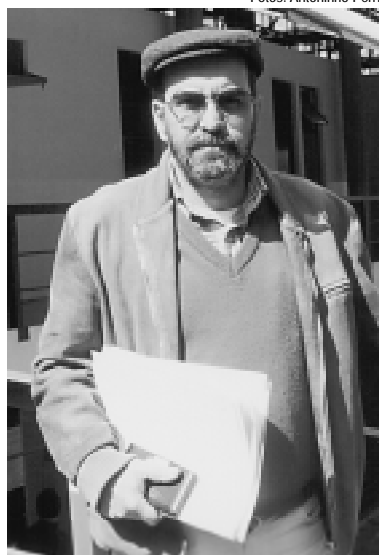
Para reverter este quadro, além de assinalar que é imprescindível um programa político para desenvolver o país de forma integral, Graziano defende a necessidade de uma política de exportação mais agressiva. “O Brasil tem um conjunto de produtos exportáveis, mas comete erros cruciais em sua comercialização”. Um destes produtos destacados pelo pesquisador é a soja, responsável por uma receita anual de US\$ 5 bilhões. Pelo menos dois equívocos graves estão prejudicando o desempenho deste produto agrícola, diz Graziano: cada vez se exporta mais soja em grão que foi isenta de tributação para exportação, e menos derivados como óleo e farelo, que continuam taxados. Em 1996, a bancada ruralista isentou de impostos o grão o que leva o Brasil ao passado, com sua vocação de exportador de produtos primários e importador de manufaturados.

Outro erro de graves conseqüências é o uso de grãos geneticamente modificados, acrescenta o pesquisador. “Por nossa dificuldade de certificar a origem da produção, o uso de transgênicos em algumas lavouras acarreta a perda de mercados importantes na Europa e no Japão. Hoje, estes países pagam de 15% a 30% a mais pela produção sem uso de grão transgênicos e não usufruímos desta vantagem. Até o momento, apenas agricultores do Paraná estão fazendo a experiência de certificar a origem, diz Graziano.

Ele assinala que é um direito do consumidor saber a origem do produto e fazer sua escolha. Embora haja extensa pesquisa sobre os transgênicos, quanto a sua produtividade, não existe ainda resultados conclusivos quanto a seu impacto no meio ambiente e no consumo. Tudo indica que não haverá problemas, mas o direito de precaução dos consumidores deve ser assegurado.

Em sua opinião, a decisão mais inteligente para o Brasil seria impor uma moratória de pelo menos cinco anos para o uso do grão geneticamente modificado, período que o Brasil poderia usufruir das melhores cotações no mercado externo exigente deste produto e tomar a melhor decisão quanto ao que plantar em sua lavoura de soja. Graziano explica que vivemos situações diferentes em relação à Argentina, por exemplo, que utiliza o transgênico por uma questão econômica concreta que é o elevado custo das capinas nas lavouras de soja, uma vez que lá a mão-de-obra no campo é cara; no Brasil isto não ocorre e o maior custo de produção são os defensivos e fertilizantes, cotados em dólar.

Estudos da Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná) comprovam que não há vantagem para o uso de soja transgênica no Brasil. Por nossa dificuldade de identificar a origem da produção, acabamos perdendo o mercado que paga mais pela soja natural. Os Estados Unidos e Argentina, concorrentes do Brasil neste mercado, exportam transgênico. O mercado europeu e do Japão ficaria, portanto, livre para o Brasil atuar se a política agrícola fosse mais eficiente, conclui. (W.J.)



O professor José Graziano da Silva: defendendo uma política de exportação mais agressiva

Universidade e o “quase-mercado” educacional

Wanda Jorge
wandajor@unicamp.br

O delicado equilíbrio entre aperfeiçoar métodos de avaliação que, ao medir eficiência, privilegiem a qualidade e não caiam na armadilha do “eficientismo”, é um dos desafios apontados pelo professor José Dias Sobrinho, pesquisador da Faculdade de Educação da Unicamp, em sua conferência sobre Avaliação da Universidade no primeiro dia da 54ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida em Goiânia de 7 a 12 de julho. Ele avalia que existe hoje um cenário de controle dos resultados que resulta em perda de autonomia e na imposição da ideologia da produtividade adotada pelo setor empresarial.

Dias Sobrinho reconhece que o mercado tem urgência na capacitação profissional, mas estes critérios temporais de pressa, que se justificam na burocracia ou no ritmo das agências, nada têm a ver com a temporalidade de médio e longo prazo da pesquisa.

A avaliação democrática e ética tem que ter o bem público e o atendimento a toda sociedade como eixos fundamentais. E estes fundamentos devem ter primazia sobre qualquer quantificação da pesquisa, acrescenta.

O pesquisador explica que a universidade é uma das mais complexas instituições, destinada historicamente a formar plenamente os cidadãos. “Independentemente da origem dos recursos que a mantém, toda universidade deve ser considerada uma instituição com função essencialmente pública”. Alerta que, entretanto, um deslocamento de sentido se vai amplamente produzindo: há uma tendência em alterar profundamente sua essência de instituição social para a reduzir numa organização que se estrutura e age em função da economia.

“No ‘quase-mercado’ educacional, a educação e os conhecimentos tendem a ser uma ‘quase-mercadoria’ para uso do indivíduo e dos grupos de clientes ou consumidores que a podem possuir. A formação plena do ser humano tende a se reduzir, na educação superior instrumentalizada para o mercado, ao sucesso individual, especialmente à capacitação para em-

pregos, quer estes existam ou não”.

Essa nova configuração de sentidos faz parte de um processo de grave deslocamento ético, acrescenta. Dentro dessa lógica derivada do mercado, a qualidade é algo que se mede segundo indicadores de produtividade e eficiência e tem sua expressão na quantificação do produto. Este procedimento acaba produzindo os rankings para informação do governo e dos consumidores do mercado educacional.

“A opção preferencial pelos procedimentos quantitativos, que em alguns casos chega a constituir-se como uma verdadeira quantofrenia e que transforma a avaliação numa corrida de contagem de pontos, deve-se à necessidade de organizar resultados comparativos e classificatórios que informem rápida e objetivamente tanto a administração superior, em função de suas políticas de fiscalização e regulação, quanto o mercado, para efeito de orientação dos consumidores ou clientes”. Sobrinho lembra a filósofa da USP, Marilena Chauí, ao criticar o modelo de produtividade adotado no meio acadêmico: “a universidade, em lugar de criar os seus padrões e critérios próprios de avaliação, imita, e mal, os padrões da empresa privada e da lógica do mercado”.



José Dias Sobrinho: “Toda universidade é uma instituição com função pública”